"Reflexos tributários da imoralidade administrativa"

Ives Gandra da Silva Martins,
professor emérito da
Universidade Mackenzie,
presidente do Conselho de
Estudos Jurídicos da
Federação do Comércio
do Estado de S. Paulo.

Quase todas as empresas que prestaram serviços ou realizaram obras para Governos Estaduais e Federal estão hoje vivendo sérias dificuldades em face do "calote" generalizado que os novos governos estão aplicando àqueles que confiaram no Poder Público.

Os Governos não toleram que os contribuintes deixem de pagar tributos retirados de seu trabalho para sustentá-los, ameaçando-os com prisão na hipótese de inadimplimento, mas se autoconcedendo receber serviços, trabalhos e não pagar as suas obrigações, sem que se imponham a autoprisão. A teoria dos dois pesos e duas medidas, própria das monarquias absolutas, das ditaduras Fascistas e socialistas passou a ser regra. Se o cidadão deve ao Estado, resta-lhe a prisão. Se o Estado deve ao cidadão, ao invés, verifica-se a autocomplacência e compreensão.

O drama maior reside no fato de que as empresas que são credoras do Estado "caloteiro" têm compromissos com Bancos, empregados e com o próprio Estado, no tocante ao pagamento de tributos, de tal forma que além de não receberem o que gastam, devem pagar tributos sobre o que não receberam! E de toda a espécie (ICMS,

ISS, IPI etc.).

O "calote" oficial ficou, definitivamente, consagrado na MP 812 que em seu artigo 43 3º letra "b" determinou que:

"3º - Do montante dos créditos referidos no parágrafo anterior deverão ser excluídos: ... b) os créditos com pessoa jurídica de direito público ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária."

Há promessas do Governo de retirar tal artigo em próxima medida provisória, mas foi ele aprovado como está, sobre os demais Fiscos continuarem a exigir os tributos indiretos sobre serviços prestados e mercadorias entregues e que não foram pagas.

Ora, a provisão para créditos duvidosos objetiva eliminar o imposto de renda sobre aquilo que não se recebeu, visto que, a não recepção, representa "uma não aquisição de disponibilidade econômica". A respeito, reza o artigo 43 do CTN que:

"O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica: I, de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos; II, de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior."

Ora, não se pode considerar que crédito não recebido seja aquisição de disponibilidade

econômica, principalmente quando o devedor declara que não vai pagar, ou que se puder o fará, um dia, sem precisar quando.

Objetiva a MP 812/94, no dispositivo mencionado, impor o pagamento de tributos que podem chegar a 56% do imposto de renda, mais a contribuição social sobre os valores que o Poder Público não paga, de tal maneira que os empresários além de terem que suportar todos os custos de encargos, gastos, financiamentos, mão-de-obra, matéria-prima, produtos acabados etc., devem ainda pagar sobre o que não receberam e não sabem se vão receber até 56% dos valores a título de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso. A tudo isto se acresce os tributos federais, estaduais e municipais incidentes para os quais não há qualquer promessa de alteração futura da legislação!!!

Ora, quando a Constituição Federal determina em seu artigo 37 que:

"A Administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte: ...",

transforma o princípio da "moralidade pública" no mais relevante princípio a que os administradores do Estado devem se submeter. E nada é mais imoral, aético, repugnante do

que receber serviços, não pagá-los e pretender ainda recolher tributos sobre o "calote" oficial.

Tenho para mim que enquanto o empresariado não começar a se rebelar contra o abuso público, a inconstitucionalidade manifesta de cobrança de tributos sobre venda de mercadorias e prestação de serviços não pagos, apenas estarão auxiliando a deterioração dos costumes políticos no país, colaborando com a impunidade oficial e não com o crescimento da pátria.

Tenho, também, para mim, para se abolir o costume de se cobrar tributos sobre o "calote" oficial, que podem os empresários se utilizar da faculdade permitida pelo artigo 37 6º da Constituição Federal que reza:

"As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa" e, neste caso, todos os administradores públicos poderiam ser responsabilizados até a morte, visto que o § 5º do artigo 37 torna imprescritível qualquer ação de regresso.

Há necessidade de purificação dos meios políticos e administrativos do país e isto, necessariamente, passa por uma adequação da legislação tributária ao princípio da justiça fiscal e uma responsabilização do mau administrador, por gerar prejuízos e intranquilidade na sociedade, afastando-se assim, o hábito criado de não pagar suas contas.

26.95
Ives Gandra da Silva Martins
026/95